

# GRUPO DE TRABALHO DOS GOVERNADORES SOBRE O CLIMA E AS FLORESTAS

---

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA (2009-2010)

Agosto de 2009

## Resumo Executivo

No dia 18 de novembro de 2008, os estados americanos da Califórnia, Illinois e Wisconsin, os estados brasileiros do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará, e as províncias indonésias de Aceh e Papua assinaram Memorandos de Entendimento (MOUs, ou Memoranda of Understanding) no Congresso de Mudança Climática dos Governadores Estaduais em Los Angeles, Califórnia. Os MOUs fornecem a base para uma futura cooperação sobre uma série de questões relacionadas com a política climática, financiamento, tecnologia de câmbio, e pesquisas. Para 2009 e 2010, as partes concordaram em se concentrar sobre as provisões do setor florestal dos MOUs, com o objetivo geral de promover regras para assegurar que emissões reduzidas de gases de efeito estufa (GEE) oriundas da degradação florestal e desflorestamento (REDD) e sequestros de outras atividades emergentes de carbono florestal irão satisfazer os requisitos dos sistemas de conformidade de gases de efeito estufa.

Os MOUs explicitamente requerem um Plano de Ação Conjunta para guiar os esforços de implementação. Conseqüentemente, este Plano de Ação Conjunta fornece um sistema e recomendações para a implementação das provisões do setor florestal do MOU durante 2009-2010. Um rascunho do Plano de Ação Conjunto foi apresentado para adoção formal pelos estados e províncias signatários do MOU na primeira reunião de follow-up em Belém, Pará nos dias 18-19 de junho de 2009. Na reunião de Belém, os estados e províncias tomaram uma série de decisões importantes sobre os esforços de implementação do MOU, que estão refletidos neste Plano de Ação Conjunta. Os fundos para esta reunião, bem como de uma segunda reunião na Califórnia em setembro de 2009, e outras atividades durante 2009 foram cedidos generosamente pela Gordon and Betty Moore Foundation e a David and Lucile Packard Foundation.

As atividades do setor florestal nos MOUs e neste Plano de Ação Conjunta representam os primeiros esforços (em qualquer nível de governança) para ir em direção do que poderia ser chamado de um estágio de “teste” nos esforços contínuos para trazer a REDD em regimes de cumprimento existentes e emergentes de GEE. Como tal, a implementação do MOU traz um significado mundial como um sinal a outras entidades governamentais e para a comunidade de política climática mais ampla de que isso é viável e que haverá um significativo processo de cooperação transnacional entre os estados do MOU para desenvolver quadros e mecanismos viáveis para a geração de ativos com grau de cumprimento da REDD e outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia, elevando tais ativos a regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros países.

O Plano de Ação Conjunta identifica três objetivos principais para 2009-2010. O primeiro objetivo é estabelecer o Grupo de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e a Floresta (GCF) como a organização principal para desenvolver recomendações para a implementação das provisões do setor florestal do MOU. n Como aprovado na reunião de Belém, o GCF será composto de representantes de cada um dos estados/ províncias do MOU, com uma direção rotativa anual, e é responsável por tomar decisões executivas com relação à implementação de provisões do MOU que se aplicam ao setor florestal. O segundo objetivo é estabelecer um processo para organizações não-

governamentais (ONGs) e outros tomadores de decisão a participação nos esforços de implementação do MOU. Este processo irá incluir reuniões conjuntas entre o GCF e as comunidades de ONGs/ tomadores de decisões, a criação de um Conselho Consultivo de ONGs e tomadores de decisões de ONGs e tomadores de decisões de todos os estados/ províncias e a participação de ONGs em três grupos de trabalho estabelecidos em Belém para se concentrar nas áreas principais das provisões do MOU referentes ao setor florestal. O terceiro objetivo é iniciar a implementação das provisões do MOU referentes ao setor florestal, concentrando-se nas três áreas principais:

- (1) Padrões e critérios em nível de projeto para atividades REDD, que incluiriam um Relatório de Avaliação de Protocolo a ser entregue no dia 1o. de setembro de 2009;
- (2) Sistemas de contabilidade de carbono florestal e mecanismos de coordenação; e a futura integração de linhas de bases subnacionais e alvos com atividades de baseadas em projetos;
- (3) Avaliação de necessidades, incluindo necessidades técnicas, jurídicas, institucionais e financeiras nos estados e províncias signatários do MOU para se mover em direção a atividades REDD com grau de conformidade.

Este Plano de Ação Conjunta proporciona detalhes sobre questões chaves que devem ser discutidas em cada uma destas três áreas pelo GCF e outros participantes. Os grupos de trabalho e forças-tarefa irão prestar contas ao GCF na próxima reunião na Califórnia, em setembro de 2009 e regularmente em reuniões subsequentes.

Para 2010, o GCF irá continuar o seu trabalho de implementação das provisões do MOU referentes ao setor florestal, com atenção em particular aos esforços legislativos e de formação de leis em regimes GEE emergentes nos Estados Unidos. Até que haja suporte financeiro adicional, o GCF pretende organizar duas reuniões de follow-up em 2010. Este Plano de Ação Conjunta pretende ser um "documento vivo" e será revisado e suplementado conforme necessário para guiar atividades de implementação do setor florestal futuras dos estados e províncias signatários do MOU.

## ÍNDICE

I. Introdução e Objetivos principais .....	1
II. Background sobre as Provisões do Setor Florestal e MOU e Debates atuais de Políticas de REDD.....	7
A. Background sobre as Provisões do Setor Florestal e MOU .....	7
B. Lições Relevantes dos Debates de Política REDD atuais .....	8
III. Estabelecimento dos Grupos de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e a Floresta .....	10
A. Composição e Governança do GCF .....	10
B. Responsabilidades do GCF .....	12
C. Apoio do GCF .....	13
IV. Facilitação da Participação das ONGs e tomadores de decisão .....	14
V. Implementação das Provisões do Setor Florestal do MOU (2009-2010) .....	16
A. Padrões e Critérios de Nível de Projeto .....	Error! Bookmark not defined.8
B. Sistemas de Contabilidade e Mecanismos de Coordenação .....	20
C. Avaliação de Necessidades .....	Error! Bookmark not defined.4
VI. Conclusão .....	Error! Bookmark not defined.5
VII. Apêndices (documentos independentes)	
Apêndices 1	Memorandos de Entendimento
Apêndices 2	Atividades Chaves e Necessidades dos Estados e Províncias GCF
Apêndices 3	Atividades Chaves de Entidades Nacionais
Apêndices 4	Padrões e Critérios em Nível de Projeto
Apêndices 5	Estruturas modelo para a coordenação de REDD
Apêndice 6	Calendário para atividades para 2009-2010



## I. Introdução e Objetivos principais

Este Plano de Ação Conjunta fornece um sistema para a implementação das provisões do setor florestal do MOU (MOUs),<sup>1</sup> executado entre nove estados e províncias dos EUA, da Indonésia e do Brasil, a respeito de várias atividades relacionadas à mudança climática. O Plano de Ação Conjunta define as atividades chaves de implementação do ponto de vista de organizações, procedimentos e substantivas para 2009-2010, com o objetivo final de desenvolver recomendações para estrategistas políticos e autoridades regulatórias nos Estados Unidos e outros países que estejam considerando se e como incorporar compensações reais, verificáveis e permanentes de carbono para emissões reduzidas de gases de efeito estufa (GEE) oriundas da degradação florestal e desflorestamento (REDD) e outras atividades do setor florestal<sup>2</sup> nos sistemas de conformidade de emissões de GEE.<sup>3</sup>

O desflorestamento recentemente surgiu como o ponto-chave da política de mudança climática em níveis múltiplos de governança. Com evidências concretas que as concentrações atmosféricas de CO<sub>2</sub> não possam ser estabilizadas a um nível ponderado sem se discutir as emissões provenientes do setor florestal, que atualmente representam cerca de 20% das emissões antropogênicas dos gases de efeito estufa global (GEE), formadores de opinião estão ativamente buscando formas de integrar o setor florestal a regimes de conformidade de GEE existentes e emergentes. Desde 2005, por exemplo, tem havido um esforço conjunto no processo da Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) para integrar a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em um tratado climático pós-2012, refletindo um desvio significativo das regras do atual Protocolo de Quioto, que exclui expressamente o desmatamento evitado de ser atribuído ao âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> O texto completo dos MOUs está no Apêndice 1.

<sup>2</sup> As provisões do setor florestal incluem a REDD bem como atividades de sequestro florestal, como o aflorestamento, reflorestamento e gerenciamento sustentável da floresta. Várias partes da legislação federal nos Estados Unidos também incluem a suíte completa de atividades de carbono florestal. Além disso, discussões atuais dentro da Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) expandiram o conceito de REDD para designar outras atividades tais como a conservação e a restauração da floresta, gerenciamento sustentável da floresta e o reflorestamento (às vezes conhecido como REDD+). Enquanto este Plano de Ação Conjunta se concentra principalmente nas atividades de REDD, os estados do MOU não pretendem excluir outras atividades de carbono florestal relevantes.

<sup>3</sup> *Consulte os MOUs no Apêndice 1, Artigo 4* (contanto que o Plano de Ação Conjunta contenha "todas as provisões necessárias para a implementação das atividades de cooperação acordadas, incluindo o escopo, coordenação e administração, distribuição de recursos, intercâmbios de especialistas e profissionais, assuntos administrativos e quaisquer outras informações consideradas necessárias para alcançar o objetivo deste "MOU" e "para o follow-up e implementação de planos de trabalho, grupos de temas específicos serão estabelecidos. Estes grupos serão liderados por oficiais dos Partidos e irão se reunir pelo menos uma vez por ano").

Países líderes de florestas tropicais como o Brasil e a Indonésia têm sido muito ativos nas discussões internacionais relativas a políticas e incentivos adequados necessários para abordar o desmatamento e outras atividades do setor florestal no contexto da política climática de maneira significativa. Embora muitas questões importantes continuem sem resolução, parece muito provável que o acordo internacional pós-2012 sobre o clima venha a incluir dispositivos de peso sobre a REDD.

Ao mesmo tempo, o Brasil e a Indonésia, juntamente com os estados e províncias do MOU, estão avançando com os seus esforços em vários níveis, para reduzir as emissões do desmatamento e tornar a REDD um componente fundamental dos seus próprios esforços de mitigação climática (consulte o Apêndice 2 para uma descrição de atividades-chaves relacionadas a REDD no Brasil, na Indonésia e nos estados e províncias signatários dos MOUs. Na verdade, várias das mais importantes atividades de REDD atualmente estão em curso nos estados e províncias do Brasil e da Indonésia.

Nos Estados Unidos, a inclusão da REDD e de outras atividades de carbono florestal internacional também está progredindo em debates com relação ao design dos regimes de cumprimento de GEE nacionais e subnacionais. Propostas legislativas principais para um sistema federal de fixação de limites máximos e intercâmbios introduzidos no Congresso dos EUA nos últimos anos incluem disposições robustas para o carbono florestal internacional. Mais recentemente, a Lei Americana de Energia Limpa e de Segurança de 2009 (HR 2454), que foi promulgada sem a aprovação do Comitê do Comércio e Energia da Casa dos Representantes no dia 21 de maio de 2009 e espera-se que vá a votação perante a Casa dos Representantes completa neste verão americano e contém disposições abrangentes para atividades de REDD, incluindo destinar 5% das deduções das emissões dos EUA até 2025 para a construção de capacidades e reduções suplementares bem como provisões internacionais de créditos de carbono para a redução de desmatamento de até 1 bilhão de toneladas por ano.<sup>5</sup>

E, naturalmente, vários estados nos Estados Unidos estão ativamente explorando maneiras de incluir a REDD e outras atividades florestais de carbono nos seus próprios regimes de cumprimento de GEE (consulte o apêndice 2 para descrições de REDD em atividades relacionadas em níveis estaduais e federais nos Estados Unidos). A Califórnia, em particular, já promulgou a sua própria legislação e as alterações climáticas estão atualmente em uma postura de regulamentação, com a necessidade de regras até ao final de 2010.<sup>6</sup> Estas regras, que poderiam incluir disposições que reconheçam créditos internacionais da REDD e outras atividades do setor florestal, provavelmente terão uma influência significativa sobre o desenvolvimento de normas federais para um futuro sistema federal de cumprimento com os GEEs.

---

<sup>6</sup> .O suposto Plano de Ação de Base, que foi proposto pelas Partes do UNFCCC Parties na Conferência das Partes (COP) 13 em Bali, na Indonésia em 2007 como um “roteiro” para as negociações pós-2012 negotiations, expressamente orienta que a REDD seja incluída nas negociações. *Consulte Plano de Ação de Bali (Bali Action Plan)*, Decisão \_\_/CP.13. Mais recentemente, o esboço para o texto de negociação para o acordo pós-2012, que foi publicado no dia 19 de maio de 2009, contém um número de opções para incluir a REDD no contrato.

Este Plano de Ação Conjunta está baseado nas observações que os regimes emergentes nos Estados Unidos (e possivelmente em outros lugares) muito provavelmente não aceitarão compensações de créditos de projetos REDD independentes no Brasil ou na Indonésia. Em vez disso, atividades de REDD nestes países (e, por extensão nos estados e províncias brasileiras ou indonésias do MOU e possivelmente em outras jurisdições) provavelmente precisarão estar incluídos nas estruturas de responsabilidade estaduais, regionais e nacionais. Já que os estados e províncias que assinaram o MOU coletivamente representam aproximadamente 50% das florestas tropicais do mundo, os esforços para implementar as disposições do setor florestal do MOU criam uma oportunidade importante para promover as discussões sobre a política atual das REDDs. Os estados e províncias do MOU reconhecem que a política de REDD está sendo feita em vários níveis de governança e, portanto, estão comprometidas com o processo de uma forma que seja coerente com esses esforços. Para tanto, os estados e províncias signatários do MOU consideram os esforços de implementação do MOU uma oportunidade para apresentar o design de regimes de conformidade de GEE emergentes que estão considerando a inclusão de atividades de REDD. Desta perspectiva, o processo do MOU incorpora o primeiro esforço (a qualquer nível de governo) para avançar o que poderia ser chamado da fase de "validação de conceito" na iniciativa contínua para trazer a REDD em regimes de cumprimento existentes e emergentes de GEE. Como tal, a iniciativa traz um significado mundial como um sinal a outras entidades governamentais e para a comunidade de política climática mais ampla de que isso é viável e que haverá um significativo processo de cooperação transnacional entre os estados do MOU para desenvolver quadros e mecanismos viáveis para a geração de ativos com grau de cumprimento da REDD e outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia, elevando tais ativos a regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros países.

Conforme indicado na Tabela 1 e detalhado no Apêndice 2, cada estado ou província do MOU já está avançando em relação a várias atividades climáticas e relacionadas com o REDD, com vários projetos de REDD importantes já em curso no Brasil e na Indonésia. Portanto, o processo do MOU proporciona uma oportunidade importante para coordenar estes esforços em curso, em um esforço para influenciar o desenvolvimento de regras e instituições de apoio para atividades de REDD em nível de conformidade. Este Plano de Ação Conjunta prevê um roteiro para tais esforços até o final de 2010.

**Tabela 1. Atividades chaves GEE e do Setor Florestal nos estados membros dos Estados do GCF**

ESTADO PROVÍNCIA	Limite de Emissões de GEE	Inventário de Sequestros e Emissões de GEE	Parâmetros e/ ou Alvos do Setor de Florestas	Registro para Atividades de Carbono Florestal	Projetos Contínuos de Carbono Florestal	Outros Destaques
<b>BRASIL</b>						
<b>Acre</b>		Planejado para ser elaborado para energia, transporte e setores	Plano REDD (em andamento, planejado para julho de 2009)	Plano REDD (em andamento)	Programa de reflorestamento	--Zoneamento Ecológico Econômico Política de Valorização de Ativos da Floresta

		industriais Florestas e Terras usam inventários de mudanças	Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento (em andamento, planejado para julho de 2009)  Desflorestamento e sistema de monitoração de degradação			-- Lei Chico Mendes sobre pagamentos para serviços de conservação para seringueiros -- Programa de Certificação de Imóvel Sustentável e Bônus Anual -- Aumento de produtividade em áreas desmatadas -- Planos de Gerenciamento de Territórios Indígenas
<b>Amapá</b>		Inventários de Produção Estadual de Florestas em vias de execução	Plano para a Prevenção e Controle do Desmatamento (em andamento)		Determinações do estoque de carbono na floresta de produção do estado	-- Produção Florestal do Estado do Amapá estabelecida -- Política Ambiental do Governo Estadual 2009 -- outras leis florestais e ambientais (em desenvolvimento)
<b>Amazonas</b>		Programa Estadual de Monitoramento de Estoque de Carbono e Biodiversidade	A Lei Estadual nº 3.135 contém a estratégia REDD  Plano Estadual para prevenção e controle do desmatamento concluído		-- Juma -- Apuí -- Estado de Triple Fronteira -- Neutralização para a Copa do Mundo, FIFA 2014	-- Lei Estadual nº 3.135, a Política de Estado para as Alterações Climáticas (PEMC-AM) -- Programa Bolsa Floresta nas Unidades de Conservação Estado (UCEs) -- Centro Estadual de Alterações Climáticas (CECLIMA) -- Política Estadual de Serviços Ambientais e Conservação Florestal (em desenvolvimento) -- Fórum do Amazonas sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade e Serviços Ambientais
<b>Mato Grosso</b>		Certa modelagem florestal realizada para CCSX			CCSX (46 projetos que abrangem 602.711 ha)	-- Lei No 911, estabelecendo o Fórum sobre Mudanças Climáticas -- Leis No 327, 343, estabelecendo Programas de Regulações e Licenciamento do

						<p>Ambiente Rural</p> <p>--Plano Estadual para as Alterações Climáticas (em curso, <sup>2</sup>)</p> <p>- Programa de Gestão Florestal – Plano para evitar o desmatamento e agricultura de queimadas (em desenvolvimento) – Zoneamento sócio-econômico (na fase final de revisão)</p>
<b>Pará</b>			<p>Plano de prevenção, Iniciativas de Ação para Desmatamento no estado do Pará – PPCAD-PA, aprovado pelo Decreto Estadual no. 1697, de 8 de junho, 2009</p>	<p>--Projeto Um Bilhão Árvores para a Amazônia</p> <p>--Projeto Piloto REDD em São Félix do Xingu (The Nature Conservancy -TNC, em parceria com SEMA-PA)</p> <p>--Projeto sócio-ambiental de Carbono do Xingu (TNC, em parceria com SEMA-PA);</p> <p>--Projeto Calha Norte (Conservation International - CI, em parceria</p>		<p>--Decreto Estadual N° 1764, de 25 de junho 2009, estabeleceu o Grupo de Trabalho Executivo para a criação do Fórum do Pará de Mudanças Climáticas (<i>Fórum Paraense de Mudanças Climáticas</i>)</p> <p>--<i>Cadastro Ambiental Rural – CAR</i>, para os propósitos da padronização de atividades ambientais e determinação de áreas de reserva jurídica proteção permanente e –Macro zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Pará (Lei n° 6.745, 6 de maio, 2005)</p>

				com SEMA- PA)		
<b>INDONÉSIA</b>						
<b>Aceh</b>	Aceh  Indonésia – Motocicleta Indústria	Documento de Design de Projeto, (PDD, ou Project Design Document) Ulu Masen emissões florestais estimadas  A Auditoria CCBA (Climate, Community & Biodiversity Alliance) declarou um potencial de 100 milhões de toneladas disponíveis para créditos de carbono durante 30 anos, um número que está atualmente em validação/verificação.	Linha de base florestal – Equipe de design de Aceh usada como linha de base para o Plano Espacial Florestal de Aceh	Departamento de Florestas, Reg. No. 30 / Menhut-II / 2009  Departamento de Florestas, No. de Regulamentação P.36/ Menhut – II/ 2009	Projeto REDD do Ecossistema Ulu Masen  Projeto REDD do Ecossistema Leuser	
<b>Papua</b>				Jayapura (FFI/Macquarie); Mimika/ Mamberamo (Nova Floresta) & Merauke-Mappi-Asmat (WWF) REDD Projetos Pilotos	--Ministério de Floresta, No de Regulação 30/Menhut-II/2009 --Papua Regulamento de autonomia no Gerenciamento Florestal Sustentável 2009,	
<b>ESTADOS UNIDOS</b>						
<b>Califórnia</b>	–AB 32 Limite GEE pela economia  —	—Inventário de emissões baseado em parte dos dados do Inventário de Análise do	Emissão de florestas de 2020 para o setor de florestas na Califórnia	Registro de Ações do Clima tem uma base de dados para	Oito projetos registrados como parte do Registro de Ações de	Protocolo florestal adaptado pelo governo da Califórnia em 2007; --Novo protocolo florestal esperado para desenvolvimento

	Iniciativa do Clima (em progresso)	Serviço Florestal Americano Junta de Recursos de Ar (FIA) --Análise de Florestas Estaduais e Pastagens		Califórnia projetos	Clima	em setembro de 2009
<b>Illinois</b>	Acordo de GEE do Meio-oeste (MWGGA) (em andamento)	Sensoriamento remoto de cobertura do solo; floresta atualizada e comunidades terras florestais; desenvolvimento de capacidades de mapeamento LIDAR	Linha de base potencialmente disponível do Serviço Florestal USDA, Northern Research Station	Como um produto do processo MWGGA (em progresso)		--Plano de Ação Climática --Conservação e Iniciativa Climática de Illinois --Restauração do Habitat e Programas de Gerenciamento --Identificação de Áreas de Oportunidade de Conservação (COA) em Planos de Vida Selvagem Abrangentes; a Iniciativa das Terras Vitais apoia as ONGs que trabalham nos COAs
<b>Wisconsin</b>	MWGGA (em andamento) Força Tarefa de Aquecimento Global do Governador Doyle, emissões-alvo (legislação em rascunho)	Emissões de ar relacionadas anualmente	Linha de base da floresta e mudança 1992-2001 completada por Winrock International	Como um resultado do processo MWGGA (em andamento)		--Grupo de Trabalho e Estratégia sobre o Aquecimento Global do Governador Doyle --Programas de Biomassa Florestal

Como descrito abaixo, este plano de ação conjunta, identifica três objetivos primordiais para 2009-2010:

(1) Estabelecer o Grupo de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e Força Tarefa de Florestas (GTC) como o principal órgão responsável pela execução das disposições do setor florestal do MOU;

(2) Estabelecer um processo para a participação de ONGs e formadores de opinião na implementação dos esforços do MOU; e

(3) Iniciação de implementação sólida das disposições do MOU do setor florestal.

Estes objetivos e ações relacionadas tomadas na reunião de Belém são discutidos nas seções II a IV abaixo. A próxima seção fornece breves informações sobre o setor florestal MOU disposições e as lições fundamentais das discussões de políticas de REDD atuais que são relevantes para a execução dos esforços do MOU.

## **II. Histórico sobre as Provisões do Setor Florestal do MOU e Debates atuais da Política de REDD**

### **A. Background sobre as Provisões do Setor Florestal do MOU**

No dia 18 de novembro de 2008, os estados da Califórnia, Wisconsin e Illinois, os estados brasileiros do Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Pará, e as províncias indonésias de Aceh e Papua assinaram memorandos de entendimento (MOUs) no Conselho de Governadores de Alterações Climáticas realizado em Los Angeles, Califórnia.<sup>7</sup> Embora os MOUs forneçam as bases para uma futura cooperação em uma série de questões relacionadas com a política climática, financiamento, tecnologia de câmbio, e investigação, as partes concordaram em centrar os seus esforços em 2009 e 2010 sobre o setor florestal. Como considerado no artigo 2 (a) do MOUs, as partes pretendem cooperar em uma série de atividades do setor florestal, incluindo a "Redução das emissões de gases com desmatamento e degradação das terras - também conhecido como "REDD" - e sequestro adicional de carbono pela a restauração e reflorestamento de áreas degradadas e florestas, e por melhores práticas de gestão florestal. "

As atividades de implementação do MOU para 2009-2010 incidirá especificamente sobre a aplicação do artigo 2 (b) do MOUs. O Artigo 2 (b) estabelece o objetivo global de tomar medidas concretas para desenvolver regras para o setor florestal, que garantam que a redução das emissões e sequestros de atividades subnacionais no Brasil e Indonésia sejam (1) reais, mensuráveis, verificáveis e permanentes e, (2) sejam capazes de serem reconhecidas em mecanismos de cumprimento dos programas<sup>8</sup> estaduais, provinciais, regionais, nacionais e internacionais de cada parte do Estado.

O Estado da Califórnia assegurou financiamento para apoiar as atividades de implementação do MOU da Gordon e Betty Moore Foundation e da David e Lucille Packard Foundation. Estes subsídios são coordenados pelos membros do GCF (Grupo de Trabalho dos Governadores) e administrados pela Universidade do Colorado para apoiar o desenvolvimento dos resultados descritos a seguir, bem como as despesas de

---

<sup>7</sup>Consulte o MOU no Apêndice 1; os signatários do MOU são o Governador Antônio Waldez Góes da Silva (Amapá, Brasil), Governador Eduardo Braga (Amazonas, Brasil), Governador Blario Maggi (Mato Grosso, Brasil), Governador Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (Pará, Brasil), Governador Yusof Irwandi (Aceh, Indonésia), Governador Barnamas Suebu (Papua, Indonésia), Governador Jim Doyle (Wisconsin, E.U.A.), and Governor Rod Blagojevich (Illinois, E.U.A.), que foi substituído por Pat Quinn. Na reunião de Belém, o Estado do Acre foi confirmado como tendo sido o 10º. Membro fundador do GCF.

<sup>8</sup> See MOU at Appendix 1, Article 2(b).

viagem e de encontro para as reuniões dos membros signatários do MOU, em junho de 2009 (Belém, Brasil) e de setembro de 2009 (Los Angeles, Califórnia).

## B. Lições Relevantes dos Debates de Política REDD atuais

Embora ainda seja muito cedo para prever a forma precisa em que as REDD serão incluídas na política climática internacional e em regimes de conformidade emergentes nos EUA, várias observações que valem a pena considerar à medida que o processo de implementação avança.

Em primeiro lugar, embora atualmente estejam em curso debates no âmbito da UNFCCC algumas discussões sobre o(s) mecanismo(s) de política(s) apropriada(s) para a REDD, com alguns países favorecendo uma abordagem de fundos e outros a promoção de financiamento com base no mercado por disposições que reconheceria créditos da REDD nos mercados de cumprimento<sup>9</sup> é muito provável que os regimes emergentes de cumprimento de GEE nos Estados Unidos (estaduais e federais) irão incluir as disposições que reconheçam a compensação de créditos de certas atividades das REDD. Tal como com outras disposições de compensação, tais créditos seriam concedidos em uma base *ex post*, depois de desempenho ter sido demonstrado. O processo do MOU irá, portanto, incidir especificamente no desenvolvimento de normas para o cumprimento de créditos de REDD de grau de conformidade.

Em segundo lugar, em contraste com a pura contabilidade em relação ao projeto, parece haver uma forte preferência nas discussões de REDD para contabilidade de todas as jurisdições (a nível nacional e/ ou sub-nacional) em relação às bases históricas ou outros cenários de referência de emissões. Grande parte da discussão das REDD no contexto da UNFCCC, por exemplo, tem-se centrado na contabilidade nacional. Assume-se que todas as disposições das REDD nas propostas legislativas dos EUA até o momento foram baseadas em contabilidade nacional ou a nível estadual ou provincial, com oportunidades limitadas para atividades de nível de projeto independente. Do mesmo modo, o Comitê do Plano do Escopo da Junta de Recursos do Ar na Califórnia (California Air Resources Board (ARB) Scoping Plan), que prevê o enquadramento para a implementação da legislação de mudança climática,<sup>10</sup> identifica especificamente a possibilidade de aceitar compensações daquelas "jurisdições que demonstram performance..." . . . na redução das emissões ou melhoria de sequestro de carbono por meio de atividades florestais qualificadas nos termos adequados a nível nacional ou subnacionais de quadros de contabilidade."<sup>11</sup> O processo do MOU se concentrará,

---

<sup>9</sup>Fundos consideráveis bilaterais e multi-laterais estão sendo disponibilizadas para a construção da capacidade REDD a nível internacional, com vistas a preparar países para a participação possível nos mercados de conformidade. Além disso, na legislação climática americana proposta, há propostas que alocariam uma porção das autorizações de emissões dos E.U.A. (ou receitas de leilões para a venda de tais autorizações) para os esforços de construção de capacidade bem como provisões de peso para os créditos das atividades REDD.

<sup>10</sup>A Lei de Soluções de Aquecimento Global da Califórnia de 2006 (AB 32)

<sup>11</sup>Junta de Recursos do Ar da Califórnia (California Air Resources Board), *Plano de Escopo de Mudança Proposto de Mudança Climática (Climate Change Proposed Scoping Plan)* (Outubro de 2008; aprovado em Dezembro de 2008) em 38 e 115.

assim, em facilitar o desenvolvimento dessas maiores competências em relação às estruturas de contabilidade nos estados membros do MOU como um pré-requisito futuro para atividades de grau de conformidade.

Em terceiro lugar, as atividades de REDD requerem ações em jurisdições em níveis estaduais ou provinciais, bem como em nível nacional. Isto é o caso em grandes países, como o Brasil e a Indonésia, onde a capacidade de implementação de REDD por governos nacionais adaptados a condições locais é limitada. Nestes casos, jurisdições subnacionais fornecem vantagens distintas em termos de engajar tomadores de decisões locais e responder a ameaças e oportunidades locais. Idealmente, os programas de REDD devem incluir jurisdições subnacionais adaptadas a condições locais e inseridas em sistemas de contabilidade nacionais.

Em quarto lugar, os debates continuam a vários níveis no que diz respeito às linhas de base ou cenários de referência adequados que deveriam ser utilizados para atividades de REDD. Para algumas jurisdições, taxas históricas de desmatamento fornecem uma base adequada. Em outras, as projeções do desmatamento futuro podem ser mais apropriado. Embora tenha havido trabalhos e experiência importantes com projetos de nível de base para atividades florestais de carbono, o estabelecimento de linhas de base a níveis estaduais e provinciais ou cenários de referência apresentam novos desafios. O processo do MOU, portanto, dará uma atenção especial sobre o desenvolvimento da base apropriada para os estados relevantes do MOU.

Em quinto lugar, foram realizados progressos significativos nos últimos anos no desenvolvimento e implementação de sensoriamento remoto para monitorar o desmatamento e a mudança de uso de terra nos países em desenvolvimento. Essas capacidades complementam o movimento geral em direção a sistemas de referência de contabilidade de estados/ províncias, fornecendo uma parte importante da base dos esforços para medir o desmatamento em grandes áreas e em relação a tendências históricas de uma forma que seja transparente e publicamente disponíveis ou de baixo ou nenhum custo. Inventários em nível do solo são necessárias para complementar as observações do espaço e traduzir as mudanças na capa florestal às emissões de carbono para vários tipos de florestas. Embora ferramentas estejam sendo desenvolvidas que permitirão que as informações sobre o terreno (“ground-truthing”, em inglês), ainda há muito trabalho a ser feito nesta área, inclusive no desenvolvimento de metodologias de amostragem estatisticamente válidas para cobrir grandes áreas a baixo custo. Mover a REDD a uma postura de conformidade vai exigir um trabalho cuidadoso no desenvolvimento de um conjunto de metodologias transparentes para Mensuração, Monitoramento e Verificação (MMV). O processo do MOU irá avaliar e elaborar capacidades existentes nesta área com especial atenção ao desenvolvimento de um conjunto de práticas e padrões que vão de encontro às exigências dos mercados de conformidade emergentes.

Por fim, os esforços para incluir a REDD na política climática (em qualquer nível), não será bem sucedida se os locais de populações dependentes das florestas e outras partes interessadas não estiverem incluídos. Nas discussões das REDD da ONU e na legislação proposta dos EUA, as disposições para garantir a proteção dos direitos e interesses das comunidades locais, participação e consulta das comunidades dependentes da floresta e dos povos indígenas nas áreas afetadas, e repartição de benefícios com os atores locais

muito provavelmente serão incluídos. O estado da Califórnia e outros estados poderão provavelmente exigir proteções similares dado o seu firme compromisso em assegurar que as comunidades locais na Califórnia não sejam prejudicadas pelos regulamentos GEE. O processo do MOU, assim, procurará desenvolver princípios materiais e critérios para tais proteções e proporá mecanismos para assegurar que essas proteções sejam implementadas na prática.

### **III. Estabelecimento dos Grupo de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e a Floresta**

O primeiro objetivo para os esforços de implementação do setor florestal do MOU é instituir formalmente um grupo de trabalho permanente – o Grupo de Trabalho dos Governadores sobre o Clima e Florestas (GCF) - composto por representantes de cada um dos estados membros do MOU, que será responsável pela liderança dos esforços de implementação geral. Isto foi formalmente alcançado em 18 de junho de 2009, em Belém<sup>12</sup>. Além disso, o GCF elegeu o estado da Califórnia como o diretor para o resto de 2009. O diretor para 2010 será selecionado na reunião de GCF de Setembro de 2009 na Califórnia, com as suas responsabilidades começando em 1o. de janeiro de 2010.

#### **A. Composição e Governança do GCF**

Como afirmado em Belém, o GCF consiste de representantes de cada estado e província selecionados pelos Governadores signatários do MOU. Os 9 estados e províncias do MOU votaram unanimemente para estender um convite ao Estado do Acre para que ele fosse o 10º. “membro fundador” do GCF e o Estado do Acre aceitou o convite.

As seguintes regras que governam a tomada de decisão, composição e outros aspectos das atividades do GCF foram adotados pelos 10 membros do GCF na reunião de Belém:

#### **Composição e Tomada de Decisões do GCF**

1. Cada estado/ província tem dois representantes GCF, que devem ser designados pelo Governador. Somente um representante de cada estado/ província tem a autoridade de votar em nome do estado/ província.
  - a) ONGs podem ser designadas pelo Governador de um estado/ província GCF para servir como o representante daquele estado/ província perante o GCF.
2. Cada estado/província GCF pode designar participantes do estado/província adicionais observadores e não-votantes nas atividades do GCF.

---

<sup>12</sup> Mais de 30 representantes de estados e províncias participaram da reunião de Belém, incluindo quatro Secretários, incluindo quatro Secretários de Recursos Naturais do Ambiente. Além disso, aproximadamente 25 representantes de ONGs de aproximadamente 15 organizações no Brasil, Indonésia e Estados Unidos participaram das reuniões conjuntas de meio-dia com o GCF 19 de junho de 2009 para dar opiniões sobre o Plano de Ação Conjunta e o envolvimento dos tomadores de decisão. A Governadora Ana Julia Carepa do Pará participou do jantar de encerramento para discutir os resultados das reuniões.

3. As decisões do GCF devem ser feitas por consenso. Onde não houver consenso sobre itens de ações, visões alternativas podem ser especificamente notadas.
4. A direção do GCF se alternará anualmente e será composta de um estado/província diferente do GCF a cada ano.
5. Os 10 membros atuais do GCF serão chamados de “membros fundadores.”
6. Os novos membros terão os mesmos direitos como membros fundadores e serão adicionados como se segue:
  - a) Membros do GCF atuais irão submeter sugestões para os estados/províncias observadores ao Diretor até a primeira semana de agosto de 2009 para participação na reunião de setembro. Não há um limite no número de observadores possível, mas não há fundos neste momento para participantes que não sejam membros fundadores.
  - b) Os membros GCF fundadores podem submeter nomeações formais ao GCF após a reunião de setembro de 2009.
  - c) Novos membros podem ser aceitos por consenso.
  - d) Novos membros devem adotar todos os documentos-chaves do GCF.
  - e) Anúncios sobre novos membros ocorrerão no COP-15 e terão validade na primeira reunião do GCF em 2010.

#### **Coordenação de Atividades GCF com Governos Nacionais:**

Na reunião de Belém, os estados e províncias reconheceram a importância de discussões de políticas e atividades e expressaram o comprometimento de trabalhar junto às entidades relevantes dentro dos governos nacionais para assegurar a coordenação dentro de esforços domésticos e internacionais em nível nacional. Para tanto, o GCF concordou em seguir os seguintes princípios básicos na reunião de Belém:

1. As ações do GCF serão transparentes.
2. Os membros GCF se comunicarão com os respectivos representantes nacionais sobre as atividades do GCF.
3. O potencial para representantes nacionais de participar em reuniões do GCF e grupos de trabalho em alguma capacidade será determinado pelo GCF em na reunião de setembro de 2009 na Califórnia.

#### **Comunicações:**

1. Os membros GCF podem incluir informações básicas sobre a sua participação no GCF, os objetivos e atividades em comunicações e outros materiais, por exemplo, informações contidas em documentos comuns do GCF, incluindo os Memorandos de Entendimento, o Plano de Ação Conjunta e outros documentos oficiais.
2. Em nenhuma circunstância o GCF poderá endossar, apoiar ou tomar uma posição sobre qualquer projeto particular ou esforços que um membro ou não membro do GCF tenha feito sem um voto completo pelos membros do GCF.

## **Grupos de Trabalho:**

1. Os três grupos de trabalho são:

- a) Padrões e critérios em níveis de projetos;
  - b) Sistemas de contabilidade e mecanismos de coordenação; e
  - c) Avaliação de necessidades.
2. Outros grupos de trabalho poderão ser criados pelo GCF conforme for necessário.
  3. Grupos de trabalho são dirigidos por representantes de estados e províncias do GCF e cada um incluirá participantes de ONGs e outros tomadores de decisões nomeados pelos membros GCF. (Consulte *infra* na Seção V (e Apêndice 4-6) para escopo de trabalho e detalhes adicionais).

### **ONGs e Participação de Tomadores de Decisão:**

1. Uma porção de cada reunião do GCF será dedicada a uma reunião conjunta pública com as ONGs/ tomadores de decisões.
2. ONGs/ tomadores de decisões serão convidados pelos membros do GCF para participar em cada um dos três grupos de trabalho.

### **B. Responsabilidades do GCF**

O GCF será responsável pela elaboração de decisões executivas relativas às recomendações sobre a implementação das provisões do setor florestal dos MOUs. Para 2009, o GCF iniciará o desenvolvimento de materiais adequados, protocolos, princípios e critérios necessários para conectar a futura geração de cumprimento de grau ativos de carbono florestal no Brasil e na Indonésia com regimes emergentes de conformidade na Califórnia, Estados Unidos, e em outros lugares, prestando atenção especial às questões de contabilidade de carbono florestal, créditos e monitoramento. Estas tarefas são descritas em mais pormenores na seção IV- *infra* .

Em 2010 e a longo prazo, o GCF irá se concentrar em desenvolver recomendações para a arquitetura de regulação dos mercados de conformidade e as provisões estruturais e reais necessárias para reconhecer ativos de carbono florestal para propósitos de conformidade e dos requisitos específicos para gerar ativos de carbono florestal de grau de conformidade no Brasil e na Indonésia em um esforço para desenvolver uma plataforma para a interoperabilidade futura à medida que os mercados de conformidade entram em efeito.

Além de convocar as duas reuniões GCF durante 2009 e executar as ações referidas acima, o GCF irá desenvolver e finalizar os principais resultados antes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) Conferência das Partes (COP-15) em Copenhaga, Dinamarca de 15 de dezembro de 2009. Eles incluem:

1. **Plano de Ação Conjunta (Junho/Julho de 2009).** Com base nos dados da reunião de junho de 2009 em Belém e das principais

partes interessadas, o GCF vai finalizar o plano de ação conjunto para a implementação dos esforços do MOU durante 2009-2010.

2. **Relatório de avaliação do Protocolo (agosto/ setembro de 2009).** O Consultor Protocolar da Floresta irá desenvolver um Relatório de Avaliação de Protocolo para análise na segunda reunião GCF em setembro de 2009 na Califórnia. Entre outras coisas, o relatório irá avaliar os protocolos existentes de carbono florestal e normas para atividades relacionadas a REDD para a determinação de quais destes poderiam ser utilizados (e/ ou modificações que possam ser necessárias) para governar a geração de reduções de emissões de grau de conformidade e sequestros no Brasil e na Indonésia (florestas tropicais e outros países), que poderiam ser aceitas por regimes de conformidade emergentes nos EUA
3. **Relatório de Progresso para 2009 (novembro de 2009):** A reunião GCF de setembro de 2009 terá como resultado um relatório documentando os progressos feitos para alcançar as disposições do setor florestal dos MOUs e os termos de execução do Plano de Ação Conjunta. Ela também irá delinear objetivos fundamentais para 2010 e para o futuro e lançar um processo de desenvolvimento (e garantir o apoio financeiro para) estratégias de carbono florestal e avaliação de necessidades a nível estadual no Brasil e na Indonésia. O MOU dos Governadores apresentará o Relatório de Progresso de 2009 na COP-15.

Enquanto aguarda o apoio financeiro, o GCF pretende convocar mais duas reuniões de acompanhamento em 2010. O apêndice 7 abaixo apresenta um cronograma com detalhes sobre reuniões adicionais, as principais etapas do processo legislativo e regulamentar, e os principais resultados e serviços a entregar para 2009-2010.

### C. Apoio do GCF

O GCF está liderando e coordenando todas as atividades no âmbito do processo do MOU. As diretrizes e o pessoal designado do GCF de cada estado/ província são responsáveis pela execução deste Plano de Ação Conjunta e os Artigos dentro do MOU. Este grupo se reúne semanalmente através teleconferências regulares.

Além de fornecer apoio financeiro para as duas reuniões do GCF em 2009, os subsídios da Moore and Packard Foundation também estão apoiando um Orientador, Consultor de Protocolo da Floresta, e Coordenadores de Oficinas do GCF. A Agência de Recursos Naturais da Califórnia foi responsável pela supervisão de todo o processo e coordenou todas as atividades entre os estados/ províncias, consultores, e os tomadores de decisões.

O Orientador do GCF é o Dr. William Boyd, um professor adjunto de direito na Faculdade de Direito da Universidade do Colorado. Ele é responsável por (1) administrar os subsídios Moore and Packard para as atividades de implementação do MOU; (2) assessorar o GCF e apoiar a implementação das atividades do GCF; (3)

elaborar o Plano de Ação Conjunta e Relatório de Progresso; (4) intermediar as ONGs e outros tomadores de decisões, em nome do GCF; (5) auxiliar na divulgação e coordenação com a comunidade de política REDD mais ampla e (6) manter o GCF informado sobre questões relevantes nos debates de políticas mais amplas que poderiam impactar o processo MOU. No desempenho das suas responsabilidades, o Dr. Boyd também conta com a assistência do pessoal no Centro de Energia e Segurança Ambiental da Faculdade de Direito da Universidade do Colorado.

O Consultor do Protocolo de Floresta é John Nickerson, em nome da Reserva de Ação Climática da Califórnia (Climate Action Reserve, ou CCAR). Ele presta assistência técnica às regras em relação ao projeto necessárias para avançar em direção a carbono florestal em grau de conformidade nos estados/ províncias do MOU. Como parte das suas responsabilidades, o Sr. Nickerson está preparando um Relatório de Avaliação de Protocolo para análise na segunda reunião do GCF, em setembro de 2009.

Apoio técnico adicional para as atividades do GCF pode ser necessário à medida que as atividades de implementação prosseguem. O GCF está empenhado em obter apoio financeiro adicional para estas atividades, quando necessário.

#### IV. Facilitação da Participação das ONGs e tomadores de decisão

O segundo objetivo do Plano de Ação Conjunta na reunião de Belém é de estabelecer um processo para facilitar a participação das ONGs e do processo de implementação do MOU durante 2009 e 2010. Na reunião dos dias 18-19 de junho de 2009, em Belém, foi determinado que o modo formal principal da participação das ONGs e tomadores de decisões nas atividades do GCF será por meio de três grupos de trabalho estabelecidos na reunião.

As províncias/ estados identificaram tomadores de decisões específicos para a participação na reunião de Belém e atividades de follow-up (consulte a Tabela 2). Contudo, a reunião foi expandida para incluir ONGs adicionais identificadas como importantes para alcançar os objetivos dos MOUs. Espera-se que a lista de ONGs/ tomadores de decisões se expanda ainda mais para a porção do GCF/ ONG da reunião do GCF na Califórnia.

**Tabela 2. Representantes chaves de ONGs e outros tomadores de decisões**

Estado/ Província	ONGs designadas	Contato(s) principal(ais)
Amapá (1), (2) Amazonas (3), (4) Mato Grosso (1), (5) Pará Acre (6), (7)	(1) The Nature Conservancy - Brasil	(1) Ana Cristina Barros (Amapá): <a href="mailto:acbarros@tnc.org">acbarros@tnc.org</a> ; Miguel Calmon: <a href="mailto:mcalmon@tnc.org">mcalmon@tnc.org</a> (Pará); Edenise Garcia: <a href="mailto:egarcia@tnc.org">egarcia@tnc.org</a> (Mato Grosso)
	(2) Conservação Internacional-	(2) Paulo Gustavo do Prado

	<p>Brasil</p> <p>(3) Fundação Amazonas Sustentável – FAS (Amazonas Sustainable Foundation)</p> <p>(4) Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM (Institute for Conservation and Sustainable Development of Amazonas)</p> <p>(5) ICV, Instituto Centro da Vida</p> <p>(6) WWF-Brasil</p> <p>(7) PESACRE – Grupo de Pesquisa e Educação Agroflorestal do Acre</p> <p>(8) IPAM</p> <p>(9) Aliança da Terra</p>	<p>Pereira: <a href="mailto:pprado@conservacao.org">pprado@conservacao.org</a></p> <p>(3) Virgílio Maurício Viana; email: <a href="mailto:virgilio.viana@fas-amazonas.org">virgilio.viana@fas-amazonas.org</a></p> <p>(4) Mariano Colini Cenamo; e-mail: <a href="mailto:mariano@idesam.org.br">mariano@idesam.org.br</a></p> <p>(5) Laurent Micol; <a href="mailto:laurent.micol@icv.org.br">laurent.micol@icv.org.br</a></p> <p>(6) Anthony Anderson (especialista em florestas e clima): <a href="mailto:anthony@wwf.org.br">anthony@wwf.org.br</a> &amp; Carlos Scaramuzza (diretor)</p> <p>(7) Eduardo Borges (diretor)</p> <p>(8) Paulo Moutinho</p> <p>(9) John Carter</p>
<p>Aceh Papua</p>	<p>(1) Ulu Masen – Fauna &amp; Flora Int’1 (FFI)</p> <p>(2) Leuser – Leuser Int’1 Foundation (LIF); PanEco; Leuser Ecosystem Foundation (YEL)</p>	<p>(1) Matt Linkie</p> <p>(2) a ser determinado</p> <p>(3) Frank Momberg; <a href="mailto:frank.momberg.ffi@gmail.com">frank.momberg.ffi@gmail.com</a>; +628121104723</p>
<p>Califórnia Illinois Wisconsin</p>	<p>The Nature Conservancy</p> <p>Conservation International</p> <p>Environmental Defense Fund</p> <p>(4) Forest Trends</p>	<p>(1) Louis Bloomberg: <a href="mailto:lbloomberg@tnc.org">lbloomberg@tnc.org</a></p> <p>(2) Toby Jansen-Smith</p> <p>(3) Steve Schwarzman: <a href="mailto:sschwarzman@edf.org">sschwarzman@edf.org</a>; Derek Walker: <a href="mailto:dbwalker@edf.org">dbwalker@edf.org</a></p> <p>(4) Michael Jenkins: <a href="mailto:mjenkins@forest-trends.org">mjenkins@forest-trends.org</a></p>

A expectativa é que os participantes dos EUA nos grupos de trabalho e outras atividades do GCF apoiarão a sua participação em atividades do GCF pelos seus orçamentos existentes ou através de esforços específicos de arrecadações de fundos. Um financiamento limitado pelos subsídios da Moore e Packard Foundation está

disponível para que participantes brasileiros e indonésios do Conselho Consultivo possam assistir às reuniões do GCF em 2009.

O GCF vai prestar contas às ONGs e outros tomadores de decisões para dar input ao GCF sobre as principais preocupações das partes interessadas; assistência técnica sobre questões de implementação e apoio logístico para as reuniões do GCF. À medida que a adesão nos grupos de trabalho toma forma, o GCF vai iniciar forças-tarefas sobre as principais questões técnicas, e para questões específicas de estados/ província (como o desenvolvimento de estratégias estaduais de REDD).

As ONGs e outros tomadores de decisões também podem ser chamados para ajudar a contribuir aos esforços dos governos estaduais/provinciais brasileiros e indonésios, informarem esforços no sentido de estabelecer regulamentações em curso na Califórnia e nos Estados Unidos, ajudar a incentivar investimentos do setor privado em ações-piloto de carbono das florestas, e ajudar na elaboração de normas e sistemas de priorizar atividades que gerem benefícios adicionais, além do carbono, incluindo os meios locais, a água, a biodiversidade, bem como a adaptação às alterações climáticas.

## **V. Implementação das Provisões do Setor Florestal do MOU (2009-2010)**

O terceiro objetivo do Plano de Ação Conjunta é dar início à implementação do MOU nas provisões do setor florestal. Os esforços durante 2009-2010 incidirão sobre o desenvolvimento de recomendações referente à infra-estrutura regulamentar e institucional necessária para gerar compensações com grau de conformidade das REDD e outras atividades internacionais de carbono florestal no Brasil e na Indonésia (florestas tropicais e outros países) que poderiam ser consideradas para reconhecimento nos sistemas de conformidade emergentes nos Estados Unidos e em outros países. Assim, a atenção será dirigida ao processo das regras AB 32 da Califórnia (descrito no Apêndice 2), que devem ser concluídas até ao final de 2010, bem como outros dados relevantes estaduais e regionais de esforços relevantes de conformidade de GEE estaduais e regionais nos Estados Unidos, bem como a Iniciativa do Clima dos Estados e Províncias Ocidentais (Western Climate Initiative) e o Acordo do Gás de Efeito Estufa do Meio-Oeste (que inclui os estados de Illinois e Wisconsin), e, em última instância, os esforços federais para desenvolver um sistema de conformidade abrangente com GEE para os Estados Unidos. A aceitação de quaisquer compensações de carbono por qualquer sistema de conformidade no GEE estará sujeito à revisão total e aprovação das autoridades relevantes em cada sistema de conformidade.

Porque os esforços regionais e estaduais dos Estados Unidos provavelmente irão ser contemplados por um futuro programa federal, é sumamente importante que os esforços de execução de implementação do MOU de maneira que ele comporte as características gerais do sistema federal emergente. Da mesma forma, as atividades no Brasil e Indonésia serão informadas pelos esforços nacionais. Por exemplo, em dezembro de 2008, o Brasil lançou o seu Plano Nacional de Mudança Climática, que se compromete a cortar a taxa de desmatamento do Brasil a 70% (em comparação à linha de base da taxa de desmatamento de 1996-2005) dentro de 10 anos e criou o Amazon Fund como um mecanismo para apoiar estas atividades por meio de contribuições voluntárias, o que poderia evoluir a uma plataforma para cooperação multi-estatal com relação às REDD. A Indonésia finalizou a sua regulamentação REDD nacional, o

Regulamento P.30/Menhut-II/2009 de Procedimentos de Redução das Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal, no dia 1º de maio de 2009, estabelecendo assim o primeiro regime jurídico nacional para a implementação de projetos de REDD e para a emissão de créditos de carbono para reduções resultantes. Isto foi imediatamente seguido por outro Ministério de Regulamentos Florestais, P.36/Menhut-II/2009, que acreditamos ser o primeiro regulamento que compartilha a sua receita que governa projetos de carbono florestal. A mecânica destes regulamentos e o seu efeito em atividades subnacionais pode ser elucidado em futuros regulamentos e implementações. Finalmente, porque as REDD provavelmente serão incluídas no acordo de mudança climática internacional pós-2012, os estados MOU estão comprometidos no processo de uma forma que seja compatível com esses esforços, com atenção para o trabalho metodológico e a inclusão de atividades subnacionais.

Com base no input de cada um dos estados/províncias do GCF, o Apêndice 2 contém um resumo detalhado das leis, regulamentos e estratégias atuais relacionadas às REDD e o carbono florestal e estados/províncias do GCF, bem como uma breve descrição dos vários projetos de REDD em curso no Brasil e na Indonésia. Tal como evidenciado pelos resumos no Apêndice 2 e Figura 2 acima, as atividades de REDD no âmbito dos estados do GCF variam consideravelmente, e cada estado/província tem o seu próprio conjunto distinto de capacidades e necessidades em matéria de atividades de REDD.

As atividades de execução de implementação para 2009-2010 irão, portanto, incidir sobre três áreas substantivas, cada uma das quais é discutida em mais detalhes abaixo:

- (1) Padrões e Critérios em nível de Projetos: padrões e critérios para o cumprimento de atividades de grau de REDD em nível de projeto, ou níveis específicos;
- (2) Coordenação e Contabilidade: coordenação de mecanismos e sistemas de contabilidade, incluindo opções de créditos, para garantir que as atividades de REDD sejam devidamente contabilizadas pelo Estado/província e/ ou níveis nacionais coordenados com estratégias de REDD e em conformidade com os requisitos de participação local e partilha de benefícios e;
- (3) Avaliação de Necessidades: avaliação de necessidades técnicas, institucionais e jurídicas necessárias para gerar atividades de REDD com grau de conformidade nos estados/províncias do MOU.

Na reunião do GCF em Belém, o GCF estabeleceu grupos de trabalho compostos pela comunidade dos estados/províncias do MOU e membros-chaves das ONGs e do Conselho Consultivo formador de opinião (e outros especialistas pertinentes, conforme for necessário) em cada uma dessas três áreas. O grupo de trabalho de Avaliação das Necessidades provavelmente terá esforços de forças-tarefa separadas enfocando estados/províncias individuais do MOU. Estes grupos de trabalho irão apresentar um relatório ao GCF na reunião de setembro 2009 na Califórnia e periodicamente mais tarde.

Conforme discutido na introdução, este Plano de Ação Conjunta é baseado na opinião de que os regimes de conformidade emergentes subnacionais e nacionais nos Estados Unidos muito provavelmente não aceitarão créditos de compensação de projetos de

REDD no Brasil ou na Indonésia. Ao contrário, as atividades de REDD nestes países (e por extensão, nos estados do Brasil e nas províncias da Indonésia do MOU) terão de ser incorporadas dentro dos sistemas estaduais, regional, nacionais ou de contabilidade.

Além disso, apesar da proliferação de projetos direcionados aos mercados voluntários e à diversidade concomitante de normas e critérios para tais atividades, é improvável que os regimes de conformidade subnacionais e nacionais nos Estados Unidos simplesmente adotem as normas existentes a partir dos mercados voluntários. Ao mesmo tempo, as províncias/ estados do GCF afirmam reconhecer o trabalho importante que tem sido feito para desenvolver e aplicar normas e protocolos, tais como a Norma de Carbono Voluntário (Voluntary Carbon Standard, ou VCS) e as Normas da Comunidade, Clima e Biodiversidade (Climate, Community & Biodiversity Standards, ou CCBS) e o Protocolo de Reservas Florestais de Ações do Clima (Climate Action Reserve Forest Protocol) e fará de tudo para aprender e adaptar essas normas para o contexto de conformidade e incluí-las como parte de uma transição a projetos de escala nacional e subnacional.

Com base no seu trabalho durante 2009-2010, o GCF irá gerar recomendações sobre normas/ critérios de contabilidade e sistemas para ser considerada para inclusão no processo de regulamentação AB 32 da Califórnia e outros esforços regulatórios estaduais, regionais e nacionais. O calendário do processo AB 32 e outras leis relevantes nos EUA estão detalhados no Apêndice 2. No resumo, o ARB está atualmente desenvolvendo regras de compensação, que devem ser finalizadas até o término de 2010.

#### **A. Padrões e Critérios em nível do Projeto**

A fim de garantir que as atividades de REDD no Brasil e na Indonésia satisfaçam os requisitos do artigo 2(b) do MOU, os critérios devem ser claramente definidos e as qualidades desejadas para a adoção de normas claramente identificadas. Além disso, os critérios e normas necessárias precisam conciliar com os mecanismos de conformidade estabelecidos pelas partes. Para tanto, durante 2009 e 2010, o GCF, por meio do trabalho do Consultor de Protocolo, John Nickerson, e os Padrões e Critérios do Grupo de Trabalho, dirigido por Ernesto Roessing (Amazonas)<sup>13</sup> vai realizar as seguintes atividades abaixo:

- 1. Identificar os critérios de elegibilidade das Atividades em relação ao Projeto.** Uma lista de critérios de elegibilidade das atividades em nível do projeto serão desenvolvidas e definidas. Estes irão incluir temas-chave tais como elegibilidade, adicionalidade, efeitos secundários, medição, permanência, acompanhamento e verificação, e co-benefícios do projeto. Cada tema será definido e

---

<sup>13</sup> Os outros membros do Grupo de Trabalho de Padrões e Critérios são: Aceh; Acre; Amapá; Califórnia; Illinois; Mato Grosso; Wisconsin; e representantes das ONGs Fundação para a Amazônia Sustentável (FAS), Center for Clean Air Policy, Conservation International (U.S.), Environmental Defense Fund, Instituto para Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Desenvolvimento do Amazonas (IDESAM), Instituto para Pesquisas Ambientais da Amazônia (IPAM), The Nature Conservancy (nos Estados Unidos e Brasil), e o World Wildlife Fund (Brasil). O Escopo do Trabalho para este Grupo de Trabalho está no Apêndice 4.

as qualidades desejadas para as normas serão listadas como elas se relacionam com a contabilidade do projeto. As qualidades desejadas para as normas serão desenvolvidos com base na necessidade de satisfazer os requisitos de mecanismos de conformidade existentes utilizados pelas partes. Um primeiro rascunho da Matriz de Normas e Critérios está incluído no Apêndice 4 do presente do Plano de Ação Conjunta.

2. **Padronizar os vários Projetos.** Enquanto os projetos de carbono florestal forem baseados em todos os sites nos Estados Unidos, os projetos de REDD no Brasil e na Indonésia podem ser de uma escala maior, e vinculada a uma política, programa ou setor específico. Existem desafios significativos para reconciliar estas atividades em nível de projeto em todas as regiões de REDD, em outras regiões, em outros esforços internacionais, no mercado voluntário atual e nos mercados de conformidade emergentes. Estes desafios serão avaliados para demonstrar como e onde podem ser utilizados métodos padronizados e quais questões precisam ser resolvidas para permitir o desenvolvimento de ativos florestais de carbono intercambiáveis.
3. **Avaliar a Aplicabilidade das Normas e Critério Existentes.** As Matrizes de Normas e Critérios (Apêndice 4), serão comparadas a protocolos e normas de carbono florestal existentes para atividades relacionadas com a REDD. Isto proporcionará uma base sobre a qual o Relatório de Avaliação de Protocolo poderá determinar a forma como estes protocolos e normas possam ser usados no contexto do MOU e que, se for o caso, seriam necessárias modificações. A lista inicial de protocolos e normas existentes para a avaliação inclui:
  - a. Padrão de Carbono Voluntário (VCS): As regras dos Padrões de Carbono Voluntários (VCS – [www.v-c-s.org](http://www.v-c-s.org)) na agricultura e silvicultura (AFOLU), lançadas em novembro de 2008, resultaram de um processo de desenvolvimento de dois anos, incluindo a elaboração de especialistas eminentes, a avaliação pelos pares e a consulta das partes interessadas. O VCS, estabeleceu-se como o padrão principal para a contabilidade de carbono de projetos de REDD e está sendo, ou planeja ser usado por todos os grandes projetos de REDD em todo o mundo, inclusive no Brasil e na Indonésia. Além disso, o VCS abrange todas as atividades florestais, incluídas no MOUs - REDD, restauração e reflorestamento, e a melhoria da gestão florestal - que permite a criação de créditos de carbono intercambiáveis, independentemente da atividade silvícola, que os gera. O VCS usa uma abordagem de buffer para discutir riscos de projetos e assegurar a permanência de créditos de carbono emitidos.

- b. Padrões Climáticos, Comunitários e de Biodiversidade (CCBS): Os Padrões Climáticos, Comunitários e de Biodiversidade (CCBS – [www.climate-standards.org](http://www.climate-standards.org)) se aplicam sobre a concepção do projeto e os benefícios mais amplos das consequências sociais e de biodiversidade destes projetos. Para projetos de REDD, eles são aplicados em conjunto com o VCS, que se concentra apenas sobre a qualidade das reduções das emissões ou sequestro florestal de carbono gerados por projetos. Cerca de 100 projetos estão utilizando o CCBS, incluindo todos os grandes projetos de carbono florestal no Brasil e na Indonésia. O CCBS pode ser usado para garantir que apenas os projetos de carbono florestal que beneficiam as comunidades locais e a conservação da biodiversidade se qualifiquem para receber créditos.
- c. Protocolo de Ações Climáticas de Reservas Florestais (Califórnia): O protocolo florestal da Reserva de Ações Climáticas (CAR) ([www.climateactionreserve.org](http://www.climateactionreserve.org)), que se aplica a projetos de compensação de carbono florestal na Califórnia, foi desenvolvido em estreita colaboração com o Conselho de Recursos de Ar da Califórnia (California Air Resources Board) e um processo de vários grupos interessados. O protocolo usa métodos padronizados para determinação de determinações, medições e verificações de base, e desenvolveu uma abordagem para gerenciar a permanência de compensações de carbono florestal por uma área intermediária com base no risco de cada projeto e acordo contratual entre o dono da floresta e a Reserva de Ação Climática (Climate Action Reserva) para garantir que os benefícios climáticos sejam seguros. O protocolo está agendado para ser considerado para a aprovação pelo Conselho de Recursos do Ar (Air Resources Board), em setembro de 2009. Embora o Protocolo tenha sido desenvolvido para compensar projetos "domésticos" de carbono florestal na Califórnia, ele destaca principais questões que precisam ser consideradas no desenvolvimento de normas internacionais para compensações de carbono florestal no escopo do AB 32, a Lei de Soluções do Aquecimento Global da Califórnia.

4. **Avaliar uma seleção de atividades de projeto em curso de REDD com abordagens padronizadas.** Após a elaboração de um inventário das normas e critérios pertinentes e a avaliação das normas e protocolos existentes, uma seleção de projetos em curso e propostas de atividades de REDD serão avaliadas com base nos padrões e critérios desejados e abordagens padronizadas serão desenvolvidas que possam servir de base para a elaboração de recomendações de regras pelo GCF. Esta comparação, que incluirá,

uma análise no terreno, irá fornecer um feedback importante sobre as lacunas específicas entre os projetos em curso e as exigências de gerar créditos de carbono florestal em grau de conformidade no futuro.

5. Determinar o contexto de projetos de REDD com outros tipos de projetos Além da reconciliação entre as regiões e mercados, as atividades florestais de projetos de REDD e as reduções das emissões resultantes serão comparadas com outros tipos de projetos, tais como reflorestamento, arborização e melhoria da gestão florestal. Isto irá esclarecer as definições de tipos de projetos e dar contexto para qualquer diferença perceptível na redução das emissões resultantes dos diferentes tipos de projetos.

**B.**

**C. Sistemas de Contabilidade e Mecanismos de Coordenação**

Além de satisfazer os critérios e padrões do projeto, as atividades de REDD capazes de serem reconhecidas em conformidade com regimes emergentes na Califórnia e nos Estados Unidos devem ser devidamente contabilizadas e receber créditos pelos níveis estaduais e/ ou nacionais, de uma maneira que seja consistente com todas as diferentes jurisdições e que evita os problemas de dupla contagem à medida que os estados e as províncias se movam em direção a contabilidade de nível nacional. Como observado anteriormente, o Plano de Escopo ARB da Califórnia expressamente aprova o conceito de aceitar compensações de "países que demonstrem desempenho... ao reduzir as emissões ou melhorar o sequestro de carbono por atividades florestais qualificadas de acordo com sistemas de contabilidade apropriados nacionais e subnacionais." <sup>14</sup>

Do mesmo modo, a legislação federal nos EUA (especialmente a HR 2454), prevê que a compensação de atividades de REDD estaduais ou provinciais no Brasil e na Indonésia sejam feitas com base no desempenho em nível estado ou província em relação à linha de base, levando em conta as taxas anuais médias históricas do desmatamento durante um período de pelo menos 5 (cinco) anos. <sup>15</sup> A legislação proposta também requer que quaisquer atividades do estado/ província estejam em conformidade com compromissos ou ações de mitigação nacionalmente existentes. E existe uma linguagem forte na proposta da legislação dos EUA sobre os direitos e interesses e partilha de benefícios com as comunidades locais e povos indígenas. Finalmente, na sua forma atual, a legislação proposta diminui a compensação a partir destas atividades subnacionais cinco anos após o sistema de conformidade dos EUA começar a produzir efeitos, altura em que apenas as reduções do Brasil ou da Indonésia seriam admitidas como compensações em um sistema de conformidade dos EUA

---

Junta de Recursos do Ar da Califórnia (California Air Resources Board), *Plano de Escopo de Mudança Proposto de Mudança Climática (Climate Change Proposed Scoping Plan)* (Outubro de 2008; aprovado em Dezembro de 2008) em 38 e 115.

<sup>15</sup> A legislação proposta expressamente estabelece "outros fatores", que poderiam incluir emissões projetadas do desflorestamento futuro, pode ser considerado ao estabelecer linhas de base de desmatamento estadual ou provincial.

Embora os pormenores destas disposições provavelmente mudem durante os próximos debates legislativos e regulamentares, as grandes questões continuarão. Assim, as atividades de projetos de REDD que satisfaçam às normas e aos critérios adequados terão também de ser encaixados dentro dos sistemas de contabilidade adequados, para que sejam reconhecidos nos EUA. Da mesma maneira, mecanismos de coordenação terão que ser desenvolvidos para assegurar a coerência entre os diferentes países e entre níveis estaduais/ provinciais e nacionais, bem como proporcionar confiança suficiente de que as receitas de carbono irão beneficiar as comunidades locais.

Assim, além do seu trabalho em normas e critérios em níveis de projetos, o GCF e o Sistema de Contabilidade e Grupo de Trabalho de Mecanismos de Coordenação, dirigido por Jefferson de Castro (Mato Grosso) e com a assistência do Conselho do GCF William Boyd<sup>16</sup> dedicará uma atenção significativa durante 2009 e 2010 ao desenvolvimento de sistemas adequados de contabilidade e mecanismos de coordenação de atividades estaduais e provinciais. O GCF está particularmente interessado em explorar possíveis modelos para cooperação multi-estadual ou regional, tais como o Fundo Amazônia, no Brasil, que poderá evoluir para uma possível base de cooperação entre os estados brasileiros do MOU com relação a contabilidade da REDD, bem como proporcionar um mecanismo institucional para distribuição de receitas de carbono de forma transparente e equitativa (*consulte* o Apêndice 5: Sistema Modelo de Coordenação de REDD). Durante 2009-2010, o GCF se concentrará sobre a avaliação e a melhoria dos sistemas e capacidades existentes para contabilidade dos estados do MOU e do desenvolvimento de mecanismos para coordenar as atividades de REDD em todos os múltiplos níveis de governança.

1. **Sistemas de Contabilidade e Capacidades:** As atividades do GCF dentro desta área se concentrarão em 4 áreas fundamentais:

- a. Inventário Florestal de Carbono e Capacidades de Monitoração: Embora haja um acordo geral que as comunidades técnicas e de políticas que as tecnologias de sensoriamento combinadas com as informações sobre o terreno possam fornecer informações suficientes sobre os estoques de carbono florestal e capacidades contínuas de monitorar o desmatamento em grandes áreas, estas capacidades não são distribuídas igualmente e ainda não foram usadas no contexto de conformidade. Não obstante o grande entusiasmo pelas capacidades de sensoriamento remoto, há uma necessidade específica das capacidades de fornecer informações sobre o terreno, que são consistentes com os Guias de Boas Práticas para o Uso da Terra e Mudança da Terra e Florestamento do IPCC (IPCC Good Practice Guidance for Land Use Change and Forests). Durante 2009-2010, o GCF irá avaliar as capacidades atuais dos estados/ províncias do GCF para utilizar práticas de

---

<sup>16</sup> Os outros membros do Sistema de Contabilidade e Grupo de Trabalho de Mecanismos de Coordenação dos Grupos de Trabalho são: Amazonas; Califórnia; Illinois; Papua; e representantes de ONGs Defesa Ambiental, Forest Environmental Defense, Forest Trends, IPAM, and IDESAM. O escopo de trabalho para este grupo de trabalho está no Apêndice 5.

sensoriamento remoto e inventário florestal de carbono para o mapeamento de carbono florestal. O GCF também irá trabalhar com especialistas técnicos desenvolver uma plataforma transparente e fácil de usar para mapear as mudanças nos estoques de carbono das florestas ao longo do tempo de forma a permitir a contabilização rigorosa do carbono. O objetivo global é desenvolver mapas de estados/ províncias de carbono florestal que possam ser usados como base para o acompanhamento dos resultados daqui para frente e que sejam compatíveis com esforços similares de mapeamento estaduais e/ ou nacionais.

- b. Cenários de Linhas de Bases e Referência: Embora ainda haja muitos debates sobre o modo pelo qual as bases de referência e cenários de referência devam ser estabelecidas, com alguns favorecendo taxas históricas de desmatamento e outros favorecendo médias ou projeções futuras de desmatamento, o GCF analisará abordagens existentes, tendo em conta os requisitos de regimes de conformidade emergentes e desenvolver recomendações para os estados/ províncias do GCF. O objetivo global é desenvolver um conjunto de metodologias de base que sejam flexíveis o suficiente para capturar as diferentes circunstâncias prevalentes nas diferentes jurisdições, e ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades de regimes de conformidade. Isso pode exigir, em alguns casos, o desenvolvimento de uma única linha de base compartilhada para vários estados.
- c. Registros de Carbono Florestais: Contabilidade a nível sub-nacional e/ou nacional para a REDD (e outros carbonos florestais) exigirá o desenvolvimento de registros públicos para todas as atividades em nível de projeto (quer a nível estadual/provincial ou ao nível regional e nacional). Esses registros deverão se basear em infra-estruturas existentes de Registro de GEE, com capacidade para monitorar todas as operações, aquisições, cancelamentos, e as saídas dos créditos florestais em uma maneira transparente e acessível ao público. O GCF avaliará as práticas existentes no Registro de GEE, compilar as lições relevantes, e facilitar o desenvolvimento de registros de carbono florestal nos estados/ províncias MOU. Estas atividades terão de ser cuidadosamente coordenadas com quaisquer atividades nacionais (ou internacionais) de registro, a fim de evitar dupla contagem, e deverão ser estruturadas de uma forma que permita que tais registros devam ser dobrados para dentro e reconciliados com registros GEE mais abrangente no futuro. O objetivo global é desenvolver um protótipo ou registro de carbono florestal que possa ser usado nos diferentes estados/ províncias do GCF.

d. Verificação e Executoriedade: Quaisquer desvios permitidos nos sistemas de conformidade sub-nacional ou nacional dos EUA terão de ser "verificados" e "executáveis". Quando as reduções (ou sequestros) forem medidos em relação a linhas de base estaduais ou provinciais, a verificação e a executoriedade assumirão uma maior complexidade. O GCF irá explorar práticas diferentes para verificar as atividades de REDD no Brasil e na Indonésia, no contexto das reduções medidas em níveis subnacionais e/ou nacionais, incluindo as possibilidades de combinar a certificação de terceiros, e a verificação de atividades de nível de projeto com indicadores de nível de desempenho a nível sub-nacional. Além disso, a questão da aplicabilidade com relação a créditos de compensação internacional terá de ser cuidadosamente analisada, com especial atenção para a possibilidade de utilização de regras de responsabilidade, instrumentos de seguro, áreas intermediárias, e/ ou reservas de crédito como ferramentas para lidar com a questão da aplicabilidade das compensações entre os diferentes países.

2. Mecanismos de Coordenação: Coerente com o seu trabalho sobre sistemas de contabilidade e capacidades, o GCF também irá e centrar, em 2009-2010, na coordenação de várias questões:

a. Planejamento de REDD: O planejamento de REDD a nível sub-nacional ou nacional é um pré-requisito para uma boa coordenação das atividades de REDD, dentro e entre as diferentes jurisdições. Esses planos também são exigidos em certos sistemas de conformidade de GEE emergentes, tais como o proposto pela HR 2454 nos Estados Unidos. O processo MOU já está fornecendo um importante órgão centralizador para diferentes abordagens do planejamento de REDD entre os diferentes estados/ províncias do GCF (ver Apêndice 2). Com base em abordagens existentes, a GCF trabalhará para desenvolver um menu com as melhores práticas para o planejamento de REDD que possa ser utilizado pelos estados e províncias do GCF, e que seja coerente com esforços maiores de planejamento de REDD a nível nacional. O GCF também considerará as instituições regionais, tais como o Amazon Fund, como modelos potenciais para a cooperação multi-estadual de planejamento de REDD.

b. Receitas de Monitoramento e Distribuição de Carbono: Os estados e províncias do MOU estão comprometidos com o desenvolvimento equitativo, transparente e responsável dos mecanismos de monitoramento e de distribuição de receitas

de compensação de REDD dentro e entre as jurisdições relevantes e para os agentes relevantes no terreno. O GCF irá estudar uma série de modelos possíveis para assegurar o acompanhamento correto das receitas e de distribuição, incluindo as instituições regionais existentes, como o Fundo Amazônia (consulte o Apêndice 5: Sistema Modelo de Coordenação de REDD)

- c. Participação local e Sistemas de Partilha de Benefícios: O sistema de REDD nunca vai funcionar ele não beneficiar comunidades que dependam da floresta. Os estados e províncias do MOU estão comprometidos com a opinião de que todas as atividades de REDD devem ser baseadas na participação ativa das comunidades locais e que os pagamentos para atividades de REDD devem ir, em primeiro lugar, a estas comunidades. Com base no importante trabalho que já está em curso nos estados brasileiros do Amazonas, Acre e Mato Grosso e as províncias indonésias de Aceh e Papua (ver Apêndice 2) no desenvolvimento de atividades de REDD que garantam a participação local e partilhar benefícios, o GCF irá condensar as principais lições e boas práticas resultantes dessas atividades e desenvolver quadros de modelos de participação da comunidade e de partilha de benefícios nas atividades de REDD. Tais esforços serão coordenados estreitamente com os esforços para desenvolver padrões e critérios em nível de projeto para ativos em grau de conformidade de REDD ativos (consulte acima).

### **C. Avaliação de Necessidades**

A tarefa de implementação final para a GCF durante 2009-2010 é a avaliação das necessidades. Amplos debates entre os estados e províncias do GCF, até o momento, juntamente com os esforços de inventário permanente de atividades de REDD em cada estado e província do GCF, deixou claro que existem necessidades técnicas, jurídicas e institucionais nos vários estados e províncias do MOU que devem ser cumpridos em fim de avançar com as atividades de conformidade de grau de REDD. O apoio técnico para a contabilidade de carbono florestal e a monitoração, são um exemplo, dado a falta generalizada de conhecimentos especializados e limitadas alocações orçamentárias. Outra área que necessita maior desenvolvimento é a área de posse de florestas/ terras e os direitos do carbono, o que implica necessariamente em uma estreita coordenação com os governos nacionais. A verificação e a aplicabilidade também são áreas importantes que necessitam atenção significativa nos esforços de desenvolver atividades de grau de conformidade de REDD. O GCF e o Grupo de Trabalho de Avaliação de Necessidades, co-dirigido por LeRoy Hollenbeck (Aceh) e Luis Meneses (Acre), com consultores a serem determinados estão empenhados em realizar uma avaliação das necessidades de cada estado e província do GCF, talvez como parte do planejamento de REDD, e para desenvolver uma estratégia para garantir o apoio financeiro e

assistência técnica para atender essas necessidades<sup>17</sup>. Como observado, o grupo de trabalho de Avaliação de Necessidades grupo será dividido em grupos de trabalho distintos para cada um dos estados e províncias do MOU, a fim de facilitar este processo.

## VI. Conclusões

Esforços para estabilizar a composição da atmosfera em um nível prudente não irão ter sucesso sem a REDD, um fato que é mais e mais aparente em discussões de política de climas em múltiplos níveis. Além disso, por causa das ameaças contínuas nas florestas tropicais, a oportunidade de alcançar reduções significativas de emissões de atividades de REDD não irá durar muito tempo. Os esforços de implementação das provisões do setor florestal do MOU representam então, uma oportunidade histórica de mover a discussão atual da política de REDD a uma fase de “prova de conceito” pelo desenvolvimento das regras para atividades em grau de conformidade com atividades de REDD. Os estados e províncias do GCF estão bem conscientes dos muitos desafios envolvidos em tais esforços e estão comprometidos a trabalhar juntos para concretizar os objetivos das provisões do setor florestal do MOU. Para tanto, o Plano de Ação Conjunta define um conjunto de atividades ambicioso para implementar as provisões do setor florestal do MOU em 2009 e 2010, com o objetivo final de desenvolver sistemas e mecanismos possíveis para gerar ativos em grau de conformidade da REDD e outras atividades de carbono florestal no Brasil e na Indonésia e trazer tais ativos em regimes de conformidade existentes e emergentes nos Estados Unidos e em outros países. O Plano de Ação Conjunta pretende ser um documento dinâmico que terá emendas e suplementos conforme necessário para refletir futuras atividades dos estados e províncias do GCF à medida que eles trabalham juntos para tornar a REDD uma parte significativa de esforços de mitigação climática.

---

<sup>17</sup> O Grupo de Trabalho de Avaliação de Necessidades também inclui representantes de cada um dos outros membros GCF (Amapá, Amazonas, Califórnia, Illinois, Mato Grosso, Papua, Pará, Wisconsin), bem como os representantes da ONG, incluindo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto Centro da Vida (ICV), e o The Nature Conservancy (TNC).